



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

MANHÃ

ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA PROVA OBJETIVA E PROVA DISCURSIVA – NÍVEL SUPERIOR

TIPO 2 – VERDE



SUA PROVA

Além deste caderno de provas contendo oitenta questões objetivas e uma questão discursiva, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas para a marcação das alternativas das questões objetivas
- um caderno de textos definitivos para a transcrição da resposta da questão discursiva



TEMPO

- **5 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação das alternativas na folha de respostas da prova objetiva e para a transcrição da resposta da questão discursiva para o caderno de textos definitivos
- **2 horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova, é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja este caderno de provas
- Assinar ou rubricar o caderno de textos definitivos nem fazer qualquer marca que identifique o candidato, sob pena de anulação e automática eliminação do concurso



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se este caderno de provas está completo e sem falhas de impressão. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências
- Na folha de respostas das questões objetivas e no caderno de textos definitivos da questão discursiva, confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preenchimento
- **Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul**
- Assine seu nome apenas nos espaços reservados na folha para a marcação das respostas das questões objetivas e no caderno de textos definitivos para a transcrição da resposta da questão discursiva
- Confira o cargo, a cor e o tipo do seu caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de provas com cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha para a marcação das respostas das questões objetivas e/ou em seu caderno de textos definitivos para a transcrição da resposta da questão discursiva, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva e da prova discursiva é de sua responsabilidade, e, em caso de erro, não será permitida a substituição da folha de respostas e/ou do caderno de textos definitivos
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas e as transcrições no caderno de textos definitivos
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Boa sorte!

Língua Portuguesa

1

Dentre as frases abaixo, a única que NÃO mostra valor humorístico, irônico ou crítico é:

- (A) O paisagista pinta tranquilo porque a paisagem defronte não se pode aproximar do quadro para ver se está parecida;
- (B) Alguns homens de criação são vulcões extintos;
- (C) Professores e pais existem para serem suplantados;
- (D) Aquele que costuma dar palpites sobre nossos jardins jamais cuida de suas plantas;
- (E) Errar é humano. Culpar o computador é ainda mais humano.

2

A opção abaixo que mostra uma narrativa de sequência linear, sem interrupções, é:

- (A) “Dvorak arrastou-se até o alto do morro e olhou a paisagem abaixo – lembrou-se da terra de onde saíra e sentiu saudades. Viu um conjunto de grandes árvores e um monte de pedras”;
- (B) “As águas invadiram o centro da cidade e trouxe preocupações aos moradores que procuraram proteger suas casas. Como já tinham passado por isso em anos passados, procuraram repetir as ações que tinham dado certo. Trancaram as portas com trancas pregadas nas soleiras das portas e nos batentes das janelas, colocaram os animais em lugares mais altos...”;
- (C) “Os charreteiros abriram o desfile, com seus belos cavalos. Em seguida, conforme o hábito da região, estabelecido pelos primeiros habitantes alemães, fundadores da cidade, vieram as mulheres com seus trajes tradicionais e, por fim, os incontáveis grupos profissionais com suas roupas características”;
- (D) “Os primeiros banhistas descobriram o corpo na areia e um deles chamou a polícia, que veio logo a seguir. Examinaram o corpo, mas ninguém foi capaz de identificar a vítima do assassinato”;
- (E) “O freguês habitual do bar se sentou numa cadeira do balcão, pediu um drink e começou a reclamar dos preços do estabelecimento. Esse, aliás, é um hábito muito comum entre clientes habituais, o de reclamar de preços que sempre pagaram. O garçom explicou o que pôde e passou a fazer outra coisa”.

3

Leia a frase abaixo com atenção:

“As árvores genealógicas são a única espécie arbórea que teria razões para ocultar suas raízes”.

A afirmativa correta sobre o significado ou estruturação da frase acima é:

- (A) a frase não pode ser entendida por faltar lógica aos termos, já que uma árvore genealógica não é uma espécie arbórea;
- (B) a finalidade da frase é criticar as pessoas demasiadamente preocupadas com sua origem familiar, nem sempre digna de ser valorizada;
- (C) o referido ocultamento das raízes revela a necessidade de discrição sobre assuntos familiares;
- (D) a frase foi estruturada na base de uma comparação entre uma árvore genealógica e uma árvore natural;
- (E) a forma verbal “teria” indica uma certeza na afirmação.

4

“A melhor defesa contra a bomba atômica é não estar lá quando ela explodir”.

O problema de construção dessa frase está:

- (A) no emprego de “lá” sem antecedente;
- (B) na utilização do pronome “ela” para substituir “bomba”;
- (C) na falta de vírgula antes da última oração;
- (D) no mau uso de “melhor” para adjetivar “defesa”;
- (E) na incoerência interna entre segmentos.

5

As inferências são fruto do conhecimento de mundo do leitor, que deve reconhecer as ligações semânticas não explicitadas.

A única frase abaixo que NÃO se enquadra entre inferências é:

- (A) “O carro entrou bastante devagar no estacionamento, com os pneus traseiros arriados”;
- (B) “O Novo Testamento é de leitura mais fácil que o Velho Testamento; os evangelhos são úteis para nossa vida”;
- (C) “Os turistas compraram uma casa na cidade visitada; os quartos davam vista para a montanha”;
- (D) “As garrafas de vinho foram colocadas deitadas no armário, com os rótulos para cima”;
- (E) “O médico pegou o formulário de cima da mesa e escreveu o endereço para o cliente”.

6

Todas as frases abaixo mostram comparações introduzidas por “como”; a única opção em que a comparação NÃO está explicada é:

- (A) Se as pessoas agissem como as nações, seriam todas colocadas em camisa de força;
- (B) Os reis são com seus ministros como os maridos traídos com suas mulheres: nunca sabem o que se passa;
- (C) A vontade de um povo é como um relâmpago que dura um segundo;
- (D) Ser presidente é como administrar um cemitério: há um monte de gente embaixo de você, mas ninguém escuta;
- (E) Países são como frutas – os vermes estão dentro.

7

A frase abaixo, retirada do romance A Condessa Vésper, de Aluísio Azevedo, em que houve troca indevida entre as expressões “ao encontro de” e “de encontro a” é:

- (A) Depois foi à janela respirar um pouco de ar, e viu na rua, encostado ao lampião, o homem que falara com Violante. Desceu sem ruído ao encontro dele.
- (B) Apeou-se defronte da casa do Jorge. Um velho de longas barbas estava assentado ao limiar da porta, saiu-lhe ao encontro e perguntou com ar triste: — O senhor naturalmente é o Dr. Gabriel?
- (C) Os homens, que V. S. tem defronte de si e que o guardam à vista, são de confiança e estão pagos para não o deixarem fugir; escusa, por conseguinte, tentar qualquer meio que for de encontro ao que determinei.
- (D) Enquanto sucedia ao pobre Gabriel o que acabamos de ver, Melo Rosa tomava um carro de praça e mandava tocar à toda para Laranjeiras, correndo ao encontro de Ambrosina, que devia estar à sua espera...
- (E) Esperava, por outro lado, que as suas recentes decisões não fossem ao encontro do que pretendia, o que lhe traria imensa decepção.

8

Todo texto bem estruturado mostra um tema e progressão; a opção em que o progresso do texto é feito por frases que mostram o mesmo tema é:

- (A) Automedicar-se é um problema, pois a automedicação, bem passível de erros, pode causar prejuízos à saúde, além de gerar despesas inúteis em alguns casos.
- (B) Os turistas trazem benefícios econômicos a um local, mas nem sempre são bem-vindos, pois o país que os recebe pode não estar preparado para um fluxo intenso, necessitando mais investimentos na infraestrutura.
- (C) As livrarias estão desaparecendo, pois a leitura não está sendo incentivada nas escolas e os donos de lojas comerciais não querem sofrer prejuízos.
- (D) Os dicionários são livros bastante úteis, assim como os romances históricos, que simultaneamente nos educam e nos trazem conhecimentos.
- (E) Os carros importados são melhores que os nacionais; a importação de carros melhorou a nossa indústria automobilística.

9

A frase publicitária abaixo que se apoia na sedução para o convencimento de leitor é:

- (A) As roupas da loja X tornam você mais elegante!
- (B) O CRAUV é o carro do futuro em tecnologia!
- (C) O cachorro é o melhor amigo do homem: adote um!
- (D) Acredite em Deus; compre o livro do pastor X.
- (E) Persiga a riqueza: invista no Fundo de Investimentos ZUL!

10

A frase abaixo em que está mais bem empregada a palavra “maior” é:

- (A) Os espíritos mais elevados são capazes dos maiores pecados;
- (B) A roda mais deteriorada do carro é a que faz maior barulho;
- (C) Dirijam-se à secretaria para maiores informações;
- (D) O Corcovado é maior que o Pão de Açúcar;
- (E) Está o maior frio nesta época do ano.

11

Ao final de uma exposição sobre medicamentos, o conferencista declara: “O melhor de todos os analgésicos é, sem dúvida, o NANDORE, pois foi o único a acabar com a minha dor”.

Sobre a argumentação desse segmento, é correto afirmar que os argumentos apresentados:

- (A) se fundamentam em bases científicas;
- (B) são sólidos, já que fundamentados em vivências pessoais;
- (C) procuram universalizar uma experiência individual;
- (D) se apoiam em dados estatísticos;
- (E) carecem de ética.

12

Nas frases abaixo há abreviaturas de vários símbolos; a forma abreviada que está corretamente empregada é:

- (A) Cheguei à estação às 15hs;
- (B) Percorri 25 km em meia hora;
- (C) Eram 2h:15mins. quando o avião pousou;
- (D) A régua tinha 30cms e era maior que as outras;
- (E) A viagem durou cerca de 2h em função do acidente.

13

A frase abaixo em que está correto o emprego do pronome demonstrativo sublinhado é:

- (A) Somos seres muito primitivos, operando a 0,001% da potência espiritual que somos capazes de operar nessa vida;
- (B) O meu cão não fala e é graças a isso que eu o compreendo;
- (C) A verdade é essa: todos devemos trabalhar;
- (D) João e Maria vieram: este de táxi e aquele de ônibus;
- (E) Na Idade Média todos eram bons cristãos; nesta época, a Igreja era muito poderosa.

14

Todos os textos abaixo mostram argumentos em defesa de uma tese.

O argumento utilizado está corretamente identificado em:

- (A) Como já sabe a grande maioria da população, o poder público não está resolvendo o problema de saúde do povo / argumento de autoridade;
- (B) A Prefeitura distribuiu lixeiras pela cidade para que melhore a limpeza urbana / argumento estatístico;
- (C) Alguns empresários estão evitando investimentos na Argentina em função da inflação alta / argumento apoiado em um estereótipo;
- (D) Todos os empregados da empresa receberão assistência de saúde para que tenham melhor rendimento, diz o atual diretor / argumento apoiado em opinião pessoal;
- (E) Os prefeitos de pequenas cidades devem imitar os das grandes cidades, pois os problemas são os mesmos / argumento apoiado numa relação defeituosa de causa-efeito.

15

A frase abaixo que apresenta um exemplo de má argumentação, apoiado numa generalização excessiva, é:

- (A) Esse homem, acusado de furto no supermercado, é pai de cinco filhos e funcionário público da Prefeitura.
- (B) A turma visitou a fábrica de sorvetes e Marta voltou gripada, o que mostra irresponsabilidade dos diretores.
- (C) Se todos os empregados chegassem na hora, a produção da fábrica seria mais alta e de preço mais baixo.
- (D) Como alguns livros ensinam a viver, nada mais justo que ler mais.
- (E) Os cariocas não gostam de trabalhar: basta ver a praias cheias de gente em dias úteis.

16

Todas as frases abaixo mostram oposições de caráter humorístico, com exceção de uma; a EXCEÇÃO é:

- (A) O difícil, como vocês sabem, não é fácil;
- (B) Tudo seria fácil, não fossem as dificuldades;
- (C) Quem vem de outros países é estrangeiro;
- (D) Só não é mudo quem fala;
- (E) Cada vez sabemos menos.

17

Observe a seguinte frase:

“Nem sempre é bom fazer o que todos fazem porque a maioria também pode estar errada”.

Essa frase se opõe a um tipo de argumento bastante usado, que é um argumento:

- (A) de autoridade, apoiado em quem demonstra conhecimento em alguma área específica;
- (B) fundamentado na fé e não na lógica da realidade;
- (C) apoiado na predominância das ações realizadas por outros;
- (D) baseado na credibilidade de uma pessoa, por suas ações exemplares;
- (E) apoiado em estatísticas.

18

Observe com atenção o seguinte texto:

“Não perca tempo em discussões inúteis. Ao invés de brigar, cante uma canção, tome um banho demorado, vá dar uma volta de bicicleta no parque”.

A afirmativa correta sobre o texto acima é:

- (A) o texto pertence ao modo injuntivo de organização discursiva por apresentar uma ordem do seu enunciador;
- (B) o segundo período do texto mostra sugestões que combatem o *stress* de discussões inúteis;
- (C) a expressão “ao invés de” só se refere à primeira das sugestões dadas, ou seja, “brigar”;
- (D) a sugestão de “dar uma volta de bicicleta no parque” se opõe às demais sugestões por só ela mostrar contato com a natureza;
- (E) a indicação de “não perder tempo em discussões” é acompanhada de argumentos que a defendem.

19

O texto a seguir foi retirado do livro “Viagens de Gulliver”, de Jonathan Swift, obra de humor satírico publicada em 1726. O livro conta a história de Lemuel Gulliver, um cirurgião e capitão de navio inglês que, após sofrer vários naufrágios, acaba sendo levado a terras distantes e exóticas, habitadas por seres estranhos e criaturas fantásticas. No texto a seguir, mostra-se um desses lugares visitados por Gulliver:

“Passamos então a outra parte da Academia que se destinava mais às pesquisas especulativas, e onde fomos encontrar três professores reunidos, discutindo sobre o melhoramento da língua”.

O primeiro período do texto já nos mostra que não se trata do início de uma obra, mas de um segmento intermediário; o que NÃO nos indica isso no texto é:

- (A) o advérbio “então”, que mostra um ato novo de uma sequência;
- (B) o segmento “outra parte da Academia”, que mostra a continuidade de uma visita;
- (C) a utilização do substantivo “Academia” precedido de um artigo definido, mostrando ser ela já conhecida dos leitores;
- (D) o emprego da forma verbal “Passamos”, indicando ser mais de uma pessoa;
- (E) o segmento “que se destinava mais às pesquisas especulativas”, fazendo supor uma outra parte da Academia que se destinava a outras pesquisas.

20

A frase abaixo que mostra uma visão negativa do ato religioso de crer é:

- (A) Só as grandes crenças proporcionam grandes emoções;
- (B) Quem crê é forte; quem duvida é fraco. Fortes convicções precedem grandes ações;
- (C) Quem perdeu a crença já nada mais pode perder;
- (D) Acredite em milagres, mas não dependa deles;
- (E) É preciso ver algumas coisas para se poder crer nelas.

Raciocínio Lógico e Matemático

21

Para uma sessão de cinema, a primeira fila tem seis poltronas livres em sequência. Um casal e seus três filhos ocuparão cinco desses lugares. O casal ficará em lugares vizinhos e, naturalmente, uma poltrona ficará vazia.

O número de maneiras diferentes como essa família poderá ocupar as poltronas disponíveis é:

- (A) 60;
- (B) 120;
- (C) 180;
- (D) 240;
- (E) 360.

22

Em um acampamento militar, o cozinheiro sabe que 50 soldados consomem 20 kg de feijão em 5 dias.

A quantidade de feijão que 60 soldados consumirão em 15 dias é de:

- (A) 60 kg;
- (B) 64 kg;
- (C) 72 kg;
- (D) 80 kg;
- (E) 96 kg.

23

No plano cartesiano, o quadrilátero convexo ABCD tem vértices A(0, 1), B(4, 8), C(9, 6), D(9, 1).

A área do quadrilátero ABCD é:

- (A) 36;
- (B) 38;
- (C) 40;
- (D) 42;
- (E) 44.

24

Sérgio comprou um celular por R\$ 3.000,00 e pagou em duas parcelas iguais de R\$ 1.650,00 cada uma, sendo a primeira no ato da compra e a segunda um mês depois.

A taxa de juros mensal cobrada pela loja foi de, aproximadamente:

- (A) 8%;
- (B) 10%;
- (C) 17%;
- (D) 22%;
- (E) 25%.

25

Sabe-se que a sentença “Se a calça é verde e a camisa é rosa, então o sapato é branco ou o cinto é marrom” é FALSA.

É correto concluir que:

- (A) a camisa não é rosa ou o cinto é marrom;
- (B) a calça é verde e o sapato é branco;
- (C) se o sapato não é branco, então a camisa não é rosa;
- (D) se o cinto não é marrom, então o sapato é branco;
- (E) se a calça não é verde, então o cinto é marrom.

26

A cada vértice de um pentágono convexo é atribuído um valor positivo. O valor de cada lado e de cada diagonal do pentágono é definido como a soma dos valores dos vértices correspondentes. O valor do pentágono é definido como a soma dos valores de todos os seus lados e de todas as suas diagonais.

Se a soma dos valores atribuídos aos vértices de um pentágono convexo é igual a 120, o valor do pentágono é:

- (A) 600;
- (B) 540;
- (C) 480;
- (D) 420;
- (E) 360.

Noções de Sustentabilidade

27

A gestão adequada dos resíduos sólidos é um desafio cada vez mais urgente e essencial para a preservação do meio ambiente e a sustentabilidade do planeta. A inadequada gestão de resíduos compromete não apenas o meio ambiente, mas a qualidade de vida da população e o desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, a implementação de Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos é imprescindível para a adequada gestão dos resíduos.

Sobre esses planos, é correto afirmar que:

- (A) devem prever expressamente a periodicidade de sua revisão, observado o período máximo de 30 anos;
- (B) é facultada a previsão de sistema de cálculo dos custos da prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, bem como a forma de cobrança desses serviços;
- (C) devem contemplar ações específicas a serem desenvolvidas no âmbito dos órgãos da Administração Pública, com vistas à utilização racional dos recursos ambientais, ao combate a todas as formas de desperdício e à minimização da geração de resíduos;
- (D) não é obrigatória sua elaboração para que os municípios tenham acesso a recursos financeiros e incentivos governamentais relacionados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos, embora seja recomendada;
- (E) devem prever as zonas favoráveis e desfavoráveis para a localização de unidades de tratamento de resíduos sólidos ou de disposição final de rejeitos.

28

Determinado ente da federação, no âmbito de suas competências, resolve conceder incentivo fiscal a indústrias e entidades dedicadas à reciclagem de resíduos produzidos no território nacional, conforme autorizado pelo Art. 44 da Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS).

Trata-se, portanto, de aplicação prática do seguinte princípio previsto na Política Nacional de Resíduos Sólidos:

- (A) princípio do protetor-recebedor;
- (B) princípio do poluidor-pagador;
- (C) princípio da participação pública;
- (D) princípio da responsabilidade;
- (E) princípio da vedação ao retrocesso ambiental.

29

A coleta seletiva é um dos instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), juntamente com os sistemas de logística reversa e outras ferramentas relacionadas à implementação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos.

Sobre a coleta seletiva, é correto afirmar que:

- (A) é facultado aos planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos o estabelecimento de metas de redução, reutilização, coleta seletiva e reciclagem, entre outras, com vistas a reduzir a quantidade de rejeitos encaminhados para disposição final ambientalmente adequada;
- (B) o titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos priorizará a destinação de materiais reutilizáveis e recicláveis oriundos da coleta seletiva às indústrias recicladoras que apresentem proposta mais vantajosa economicamente;
- (C) são consideradas formas de coleta seletiva a coleta porta a porta, a coleta por pontos de entrega voluntária (PEVs) e as unidades de triagem de resíduos;
- (D) para a implementação adequada da coleta seletiva, é imprescindível a contínua prática de educação ambiental e mobilização social que promovam a conscientização de que a gestão integrada de resíduos sólidos urbanos inicia-se com o gerador em sua residência, por meio da adequada separação e acondicionamento dos resíduos;
- (E) dentre os desafios encontrados para a reciclagem, destacam-se o descarte incorreto dos materiais, a contaminação dos recicláveis e a prioridade legal conferida à incineração de resíduos.

30

À medida que a população cresce em larga escala, a produção industrial experimenta elevado incremento para acompanhar a nova demanda. Como resultado, temos uma crescente geração de resíduos. Nesse contexto, o gerenciamento de resíduos se mostra imprescindível para permitir o melhor aproveitamento das matérias-primas e a redução das agressões ao meio ambiente. Assim, em busca do desenvolvimento sustentável e a fim de propiciar padrões dignos de vida a esta e às futuras gerações, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) estabeleceu uma ordem de prioridade das ações que devem ser encaminhadas na gestão e no gerenciamento dos resíduos sólidos.

A alternativa que contém práticas organizadas segundo a ordem de prioridade definida na PNRS é:

- (A) reciclagem, comprar roupas em brechó, destinar resíduos ao aterro sanitário;
- (B) recuperação energética de resíduos, reaproveitamento da matéria prima em outras cadeias produtivas, reduzir impressões em papel;
- (C) embalagem retornável, reciclagem, destinar resíduos ao aterro sanitário;
- (D) recuperação energética, reciclagem, utilizar copos de vidro no lugar de descartáveis;
- (E) reciclagem, destinação a aterro, recuperação energética de resíduos.

31

A Constituição Federal, em seu Art. 225, impõe ao Poder Público e à coletividade o dever de defender o meio ambiente ecologicamente equilibrado e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Buscando a adoção de políticas públicas de âmbito nacional, em prol da melhoria da prestação jurisdicional e do efetivo cumprimento da Carta Constitucional por parte dos administradores da Justiça, foi editada pelo CNJ a Resolução nº 400/2021, que dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário.

De acordo com o referido ato normativo, é correto afirmar que:

- (A) os indicadores de desempenho do Plano de Logística Sustentável serão uniformes para todos os órgãos do Poder Judiciário, sendo vedada a inclusão de novos temas pelos órgãos do Poder Judiciário;
- (B) a unidade de sustentabilidade dos órgãos do Poder Judiciário deve fomentar ações que estimulem o uso sustentável de recursos naturais e bens públicos, a promoção das contratações sustentáveis e a promoção da equidade e da diversidade;
- (C) a adequada gestão dos resíduos gerados deve priorizar a disposição final dos resíduos segregados pelos órgãos do Poder Judiciário em aterros sanitários;
- (D) é vedada a adoção das compras compartilhadas com outros órgãos, a fim de garantir a rastreabilidade e a origem dos insumos adquiridos, que devem ser apuradas nos indicadores do Plano de Logística Sustentável;
- (E) a unidade de sustentabilidade deve ser criada pelos órgãos do Poder Judiciário por tempo determinado, pelo prazo necessário à elaboração do Plano de Logística Sustentável.

32

A logística reversa corresponde a um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada. Sobre a logística reversa de pilhas e baterias, analise as alternativas a seguir.

- I. Compete aos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes a obrigação de tomar todas as medidas necessárias para assegurar a implementação e operacionalização do sistema de logística reversa.
- II. A obrigação de implementação de sistema de logística reversa de pilhas e baterias depende da prévia celebração de acordo setorial, que deverá levar em consideração a viabilidade técnica e econômica da logística reversa.
- III. A participação do Poder Público Municipal deve se dar por prévio acordo (setorial ou compromisso) e ser remunerada.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas;
- (B) II, apenas;
- (C) III, apenas;
- (D) I e III, apenas;
- (E) I, II e III.

Noções de Direitos Humanos e Fundamentais e de Acessibilidade

33

Uma lei impôs aos estabelecimentos federais de ensino a utilização de cadeiras adaptadas para alunos com deficiência física ou mobilidade reduzida. Nela foi determinado que o número de cadeiras adaptadas deve ser, no mínimo, igual ao número de alunos regularmente matriculados em cada sala. Deixou a lei de tratar sobre pessoas com deficiência auditiva e visual.

Com relação ao tema do enunciado, à Lei nº 10.098/2000, que trata sobre normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, e ao pensamento do Supremo Tribunal Federal (STF), é correto afirmar que:

- (A) a Lei nº 10.098/2000 não tratou dos locais de aula para pessoas que utilizam cadeiras de roda, deixando um vácuo suplementado pela aludida lei, que optou pelo uso de cadeiras adaptadas;
- (B) a lei federal, em respeito ao princípio da proporcionalidade, deveria estabelecer que o número de cadeiras adaptadas seria o número de alunos com deficiência regularmente matriculados em cada sala;
- (C) a Lei nº 10.098/2000 dispôs sobre lugares específicos para pessoas com deficiência auditiva e visual, mas não sobre a presença do respectivo acompanhante, o que obedece à ideia de autonomia;
- (D) o respeito à imposição legal não seria um problema orçamentário, pois o aludido critério do número de alunos regularmente matriculados obedece à lógica da integração social;
- (E) a referida imposição aos estabelecimentos federais de ensino viola a não discriminação, porque as pessoas com deficiência receberiam tratamento diferenciado em decorrência dessa condição.

34

A Lei nº 10.048/2000 trata da prioridade de atendimento às pessoas que especifica, dentre as quais a pessoa com deficiência. Sua estrutura basicamente se divide em apontar as pessoas beneficiárias da prioridade e quem deve respeito à legislação, sobretudo o Estado e pessoas jurídicas de direito privado, além da previsão das consequências pelo descumprimento.

Quanto à referida lei, é correto afirmar que:

- (A) os acompanhantes pessoais da pessoa com deficiência somente serão atendidos após o atendimento de todas as pessoas com deficiência que estejam presentes no momento e queiram ser atendidas;
- (B) o Poder Judiciário não se submete à imposição de atendimento prioritário, por meio de serviços coletivos, que prezem pelo tratamento igualitário à pessoa com deficiência, por conta da separação de poderes;
- (C) o atendimento por meio de postos, caixas, guichês, linhas ou atendentes específicos para pessoas com deficiência não deve ser realizado, porque essa conduta acaba por expor e discriminar tal parcela da sociedade;
- (D) o atendente pessoal da pessoa com deficiência, diferentemente do acompanhante, deve ser atendido separadamente da pessoa com prioridade, porquanto entendeu o legislador ter ela menos relevância;
- (E) o atendimento à pessoa com deficiência deve se dar imediatamente após findo o atendimento em andamento e antes de qualquer outro, caso inexistam postos, caixas, guichês, linhas ou atendentes específicos destinados ao público prioritário.

35

A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas por meio da Resolução 217 A III, em dezembro de 1948. Uma de suas motivações é a proteção dos direitos humanos pelo império da lei. Não é possível negar que uma das suas inspirações foram as atrocidades praticadas por regimes totalitários. Hoje, no entanto, tem-se enfatizado a crise por que passa a democracia a partir das fragilidades próprias desse regime.

Quanto à Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, é correto afirmar que:

- (A) a previsão do direito humano à liberdade de expressão, instrumento colocado para promover a democracia, não encontra limitação expressa, a significar que qualquer discurso é legítimo;
- (B) a disposição afirmando o direito a participar do governo do próprio país diretamente inexistente, muito embora haja previsão dessa participação por meio de representantes livremente eleitos;
- (C) o direito humano de liberdade de associação, próprio dos regimes democráticos, conquanto previsto e condicionado ao caráter pacífico, não vem acompanhado da inerente liberdade de não se associar;
- (D) a vontade do povo como sendo a base da autoridade de um governo é reconhecida como direito humano, mas isso abre espaço para o problema da tirania da maioria, não resolvido pelo texto;
- (E) o governo, apoiado na vontade do povo, reclama sua manifestação através de eleições periódicas e legítimas, sufrágio universal e voto secreto ou processo equivalente, assegurada a liberdade de voto.

36

Tramita em um órgão jurisdicional de primeira instância do Tribunal Regional Federal da 1ª Região um processo judicial que discute uma norma infralegal, que busca densificar uma lei. Por aquela norma, ficou estabelecida a vedação, com a utilização de carros de som ou semelhantes, da realização de qualquer manifestação pública, em locais abertos ao público pertencentes à União Federal. Os autos foram ao gabinete da magistrada, que, por sua vez, pediu uma pesquisa à sua equipe.

Quanto ao tema do enunciado, com relação aos direitos fundamentais e à Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, é correto afirmar que:

- (A) as restrições a direitos fundamentais podem ser levadas a efeito, ainda que não se enxergue a tutela de bem jurídico específico, posto que um direito deve ser sempre concebido em si, independentemente de outros direitos, o que confere legitimidade à norma infralegal;
- (B) a liberdade de reunião tem caráter instrumental, com duplo alcance, por assegurar a expressão de uma das mais importantes liberdades individuais e garantir a espontaneidade à atuação de distintos grupos sociais, o que deve ser incorporado na pesquisa;
- (C) o caso abrange o direito fundamental de reunião, categorizado como clássico direito social, consagrado na Constituição Brasileira de 1988, mas sem previsão na Declaração Universal dos Direitos Humanos, o que diminui o raio de pesquisa da citada equipe;
- (D) a liberdade de reunião, positivada no texto constitucional como direito fundamental, não encontra condicionamento para o seu exercício, de modo que o ato infralegal não a respeita, devendo essa consideração ser incluída na pesquisa solicitada pela magistrada;
- (E) a vedação à utilização de carros de som ou semelhantes, quando da realização da citada manifestação pública, não deve ser encarada como restrição a direito fundamental, visto permanecer possível seu exercício sem o emprego da ampliação do som, sendo legítima a norma infralegal.

37

Um decreto federal assegurou à pessoa com deficiência tratamento prioritário. Dispôs ele que: 1) ficaria assegurada à pessoa com deficiência física, mental ou sensorial a prioridade de vaga em escola pública que estivesse localizada mais próxima de sua residência; 2) seriam consideradas deficiências todas aquelas que necessitassem de assistência especial, decorrentes de problemas visuais, auditivos, mentais, motores, ou má- formação congênita; 3) as deficiências dos estudantes beneficiados seriam comprovadas por meio de laudo médico fornecido por instituições médico-hospitalares públicas e competentes para prestar tal comprovação; e, 4) ficariam excluídos da prioridade do item 1 os estabelecimentos de ensino que não possuíssem as condições necessárias para educação de portadores de deficiência mental e sensorial.

Levando em conta a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), os direitos humanos e fundamentais da pessoa com deficiência e a Lei nº 13.146/2015, é correto afirmar que:

- (A) o referido decreto acerta ao dispor de todos os problemas (visuais, auditivos, mentais, motores, ou má formação congênita) para fins de consideração da pessoa com deficiência, adotando-se o conceito amplo proposto pela Lei nº 13.146/2015;
- (B) a exigência de que as deficiências dos estudantes beneficiados sejam comprovadas por meio de laudo médico fornecido por instituições médico-hospitalares públicas e competentes para prestar tal comprovação atende ao que reclama a Lei nº 13.146/2015;
- (C) o item 4 se choca com a imposição de assegurar um sistema educacional inclusivo, estabelecido no sistema constitucional e na Lei nº 13.146/2015, e com o amparo no objetivo de desenvolvimento sustentável referente à educação da Agenda 2030 da ONU;
- (D) a Agenda 2030 da ONU não trata do tema educação em relação a pessoas com deficiência, de modo que o único objetivo de desenvolvimento sustentável apto a conferir um olhar mais específico à questão é o referente a instituições eficazes;
- (E) a exclusão relacionada aos estabelecimentos de ensino estaria corretamente justificada na liberdade de conformação legislativa e na discricionariedade administrativa quando da concretização da política pública.

38

Em um processo judicial, foi debatido um dispositivo legal. Por ele, foi estipulado que o período de licença-gestante a uma servidora pública que teve seu filho deveria ser computado para fins do estágio probatório a que se refere o Art. 41 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, conquanto este reclame efetivo exercício para aquisição da estabilidade. Os autos foram enviados ao gabinete do magistrado, que pediu para sua equipe analisar a solução à luz da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) e do entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF).

Considerando os dados apresentados, é correto afirmar que:

- (A) a Agenda 2030 da ONU possui quinze objetivos de desenvolvimento sustentável, mas nenhum deles trata mais diretamente do tema do enunciado, o que permite dizer que o assunto não é relevante para a organização;
- (B) o STF respeita a imposição positivada no aludido dispositivo constitucional, significando isso que aquela, no gozo da aludida licença-gestante, por conta dessa condição de não trabalhar, não conta tempo para aquisição de estabilidade;
- (C) a licença-gestante não possui estatura constitucional, podendo, pela via legal que densifique o citado Art. 41, ser limitado o direito à proteção da maternidade e, por consequência, excluída a contagem do período de estabilidade;
- (D) a Agenda 2030 da ONU possui o objetivo de desenvolvimento sustentável afeto à educação de qualidade, único com intimidade ao assunto, podendo-se concluir que, mais instruída, a mulher só se tornará gestante após adquirida a estabilidade;
- (E) a abolição de todas as formas de discriminação contra as mulheres constitui objetivo de desenvolvimento sustentável, presente da Agenda 2030 da ONU, a impor que seja aceito o período de licença no tempo de estágio, sob pena de discriminação.

39

O presidente da República ajuizou ação direta de inconstitucionalidade, junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), impugnando uma lei que dispunha sobre a cobrança de taxas em concurso público na Administração Pública federal direta e indireta. Pelo diploma legislativo, a inscrição para concurso público destinado ao provimento de cargos em órgão da Administração Pública federal direta e indireta não terá custo superior a 20% do salário mínimo e será gratuita para quem estiver desempregado ou não possuir renda familiar superior a dois salários mínimos.

À luz da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) e do pensamento do STF, é correto afirmar que:

- (A) a referida lei é exemplo do objetivo de garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, por meio da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a esse respeito;
- (B) o objetivo de reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles não compõe a agenda 2030 da ONU, já que, com o tempo, a organização adotou uma postura cada vez mais liberal;
- (C) o objetivo de desenvolvimento sustentável concernente a instituições eficazes leva à inconstitucionalidade da medida, ante a desqualificação de pessoal, consequência da limitação ou isenção da taxa de inscrição;
- (D) a isenção não pode ser concedida por ser o tema do enunciado, matéria que repercute na relação entre a Administração Pública e os seus agentes, independentemente de eventual busca contra a desigualdade;
- (E) a utilização do salário mínimo como critério de aferição do nível de pobreza atenta contra a Constituição de 1988, não podendo este ser empregado como referência paradigmática para limitar ou isentar taxa de inscrição em concurso.

40

Os objetivos de desenvolvimento sustentável, presentes na Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), são amplos e muito diversos. Eles tendem a trazer problemas e soluções comuns a diversos países. Um desses problemas é a criminalidade, e um objetivo, batizado como paz, justiça e instituições eficazes, aborda ideias consideradas relevantes.

Quanto ao tema do enunciado, em especial com relação ao objetivo mencionado, é correto afirmar que:

- (A) o tráfico internacional de drogas ganhou destaque expresso e foi considerado como primeiro assunto na listagem, ante o problema global que representa;
- (B) as armas ilegais e a prática de crimes violentos, executados com o emprego delas, por terem sido compreendidos como um problema nacional de cada país, não mereceram atenção;
- (C) a proteção às crianças foi enfatizada e, com relação a elas, foi expresso o ambicioso objetivo de acabar com o abuso, a exploração, o tráfico e todas as formas de violência e tortura;
- (D) a existência de regimes autocráticos foi enfatizada como responsável pelo fomento à criminalidade transnacional, devido ao fato de a ausência de liberdade levar a uma maior ocorrência de ilícitos penais;
- (E) a opção pela formatação de instituições que atuem à base da decretação de sigilo e sem responsividade foi compreendida como a mais eficaz no combate ao crime organizado internacional.

Conhecimentos Específicos

41

No exercício de suas atribuições como analista do Tribunal Regional da 1ª Região, Clarice foi consultada acerca das hipóteses em que o ato administrativo é passível de revogação.

Ela respondeu que são passíveis de revogação:

- (A) os atos administrativos com prazos expirados;
- (B) os atos administrativos preclusos no processo administrativo;
- (C) os atos administrativos discricionários;
- (D) os atos que geram direitos adquiridos;
- (E) os chamados meros atos administrativos, tais como os atestados.

42

Josélia decidiu aprofundar os seus conhecimentos com relação à orientação do Supremo Tribunal Federal acerca da responsabilidade civil do Estado, à luz do disposto no Art. 37, §6º, da CRFB/1988, vindo a concluir corretamente que:

- (A) no caso atinente a morte por disparo de arma de fogo em decorrência de operação policial, a responsabilidade civil do Estado é fundada na teoria do risco integral;
- (B) o direito de regresso em relação ao agente público causador do dano em sede de responsabilidade civil é imprescritível, por se tratar de ressarcimento ao erário;
- (C) não é cabível o reconhecimento de causas excludentes da responsabilidade civil, diante da previsão constitucional;
- (D) o agente causador do dano não tem legitimidade para constar do polo passivo da ação judicial que visa à responsabilização civil do Estado;
- (E) tanto o Estado quanto o agente causador do dano respondem objetivamente pelos danos por este causados no exercício de suas atribuições.

43

De acordo com a Lei nº 12.527/2011, cabe aos órgãos e entidades do Poder Público, observados os procedimentos específicos aplicáveis e as normas, assegurar a proteção da informação sigilosa.

É correto afirmar acerca desse tema, à luz do mencionado diploma legal, que:

- (A) o prazo máximo de restrição de acesso para informação classificada como secreta é de vinte e cinco anos, vigorando a partir da data de sua produção;
- (B) as informações cuja divulgação ou acesso irrestrito possam prejudicar ou causar risco a projetos de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico não podem ser consideradas como imprescindíveis à segurança da sociedade e do Estado e, portanto, passíveis de classificação de sigilo;
- (C) a classificação do sigilo de informações no âmbito da Administração Pública federal no grau reservado é de competência de todos os servidores públicos federais que tenham sido regularmente investidos em cargos efetivos;
- (D) o requerente deverá ser informado sobre a possibilidade de recurso, prazos e condições para sua interposição, quando não for autorizado o acesso por se tratar de informação total ou parcialmente sigilosa, devendo, ainda, ser-lhe indicada a autoridade competente para sua apreciação;
- (E) o disposto na aludida norma abarca as situações previstas nas demais hipóteses legais de sigilo e de segredo de justiça, além de hipóteses de segredo industrial decorrentes da exploração direta de atividade econômica pelo Estado, afastando, por conseguinte, a aplicação das respectivas normas.

44

Quando do estudo das questões atinentes aos agentes públicos na Constituição da República de 1988, chamaram a atenção de Ofélia as disposições concernentes às garantias da estabilidade e da vitaliciedade dos agentes públicos, de modo que ela decidiu aprofundar os seus conhecimentos acerca do tema, inclusive com relação à orientação do Supremo Tribunal Federal.

Nesse contexto, Ofélia veio a concluir corretamente que:

- (A) a vitaliciedade será necessariamente adquirida após a aprovação em concurso público, após dois anos de efetivo exercício;
- (B) é possível estender a garantia da vitaliciedade aos ocupantes dos cargos efetivos, integrantes dos quadros de carreira da Administração Pública, mediante previsão em norma local;
- (C) os agentes vitalícios somente poderão ser demitidos por sentença judicial transitada em julgado, razão pela qual a penalidade de demissão não é a eles aplicável em sede de processo administrativo disciplinar;
- (D) a avaliação de desempenho não é condição necessária para a aquisição da garantia da estabilidade, bastando, portanto, o transcurso do prazo de três anos de efetivo exercício;
- (E) dentre os agentes públicos aos quais pode ser assegurada a garantia da vitaliciedade estão integrantes da Advocacia Pública, notadamente os procuradores de estado e do Distrito Federal.

45

Com relação à organização administrativa, tem-se que a respectiva função pode ser exercida pela Administração Direta ou Indireta, sendo correto apontar como atividade realizada no âmbito daquela:

- (A) o processamento de precatórios pelos Tribunais de Justiça;
- (B) o exercício da competência regulatória por meio de agências reguladoras;
- (C) a realização de atividades de interesse público pelos serviços sociais autônomos;
- (D) a prestação de um serviço público por uma concessionária de serviço público;
- (E) a realização de atividade econômica por uma empresa pública.

46

No exercício da função relativa ao cargo de técnico do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no qual foi regularmente investido, Astolfo praticou a conduta de revelar fato de que tinha ciência em razão das atribuições e que devia permanecer em segredo, promovendo beneficiamento por informação privilegiada, sendo certo que ele assevera que a sua conduta foi culposa.

Diante dessa situação hipotética, à luz do disposto na Lei nº 8.429/1992, com a redação conferida pela Lei nº 14.230/2021, a aludida conduta de Astolfo:

- (A) está tipificada dentre os atos de improbidade que atentam contra os princípios da Administração Pública, que não admitem a modalidade culposa e cujo rol é taxativo;
- (B) está tipificada dentre os atos de improbidade em todas as situações consagradas na norma, que comportam rol exemplificativo e que admitem a modalidade culposa e a dolosa;
- (C) está tipificada dentre os atos de improbidade que importam em enriquecimento ilícito, cujo rol é taxativo e que admitem somente a modalidade dolosa;
- (D) não está tipificada em nenhum dos atos de improbidade que atentam contra os princípios da Administração Pública, que admitem as modalidades culposa e dolosa, cujo rol é exemplificativo;
- (E) não está tipificada dentre quaisquer dos atos de improbidade consagrados na aludida norma, que pormenoriza as condutas puníveis de forma taxativa em todos os casos e que não admitem a modalidade culposa em nenhuma hipótese.

47

A Lei nº 13.655/2018 introduziu, no Decreto-Lei nº 4.657/1942, disposições acerca da segurança jurídica e eficiência na criação e na aplicação do direito público, contendo previsões relevantes quanto ao controle da Administração Pública, dentre as quais a norma que dispõe que a invalidação de ato, contrato ou ajuste deverá indicar, de modo expresso, suas consequências jurídicas e administrativas.

Nesse contexto, é correto afirmar que tal determinação:

- (A) não pode ser imposta ao controle judicial da Administração Pública;
- (B) apenas é aplicável no âmbito do controle externo;
- (C) não precisa ser observada no exercício da autotutela;
- (D) há de ser atendida nas esferas administrativa, controladora ou judicial;
- (E) restringe-se às hipóteses de controle interno da Administração Pública.

48

Recentemente, o Supremo Tribunal Federal determinou a prorrogação da vigência da Lei de Cotas em concursos públicos federais até que o Congresso Nacional aprove uma nova norma sobre a matéria, diante da proximidade do respectivo termo.

Tal orientação teve por fundamento determinado princípio implícito na Constituição da República, tendo em vista os certames ainda em andamento, dentre outros aspectos, o que importaria na probabilidade de multiplicação de litígios judiciais.

É correto afirmar que o referido princípio é o da:

- (A) moralidade;
- (B) publicidade;
- (C) impessoalidade;
- (D) segurança jurídica;
- (E) eficiência.

49

Maria nasceu no território brasileiro quando seus pais, Juan e Ane, de cidadania espanhola, ali se encontravam a serviço da embaixada espanhola. Após ter vivido por cinco anos no Brasil, mudou-se para a Austrália juntamente com seus pais, que passaram a atuar na iniciativa privada. Logo após atingir a maioridade, o que ocorreu em território australiano, foi condenada pela prática do crime de tráfico ilícito de substâncias entorpecentes, tendo fugido para o Brasil. Essa conduta redundou na formulação do seu pedido de extradição pelo governo australiano.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que Maria é:

- (A) estrangeira, sendo possível o deferimento da extradição;
- (B) brasileira nata, o que obsta o deferimento da extradição;
- (C) estrangeira, mas, caso se naturalize brasileira, não será possível a extradição;
- (D) brasileira nata, mas a natureza do crime pelo qual foi condenada permite a sua extradição;
- (E) estrangeira, salvo se optar pela nacionalidade brasileira, o que impedirá a extradição.

50

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região, ao apreciar mandado de segurança impetrado contra ato de juiz federal, denegou a ordem por não identificar a violação de direito líquido e certo. Esse acórdão, ao ver do impetrante, era manifestamente contrário à ordem constitucional.

Nesse caso, é correto afirmar que, contra o referido acórdão:

- (A) não é cabível a interposição de recurso;
- (B) é cabível o ajuizamento de reclamação perante o Conselho Nacional de Justiça;
- (C) é cabível a interposição de recurso a ser julgado pelo Superior Tribunal de Justiça;
- (D) é cabível a interposição de recurso a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal;
- (E) somente é cabível pedido de reconsideração endereçado ao próprio Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

51

Com o objetivo de atender às necessidades urgentes do Poder Judiciário federal, o Presidente da República editou a Medida Provisória nº X, dispondo sobre a organização dos Tribunais Regionais Federais, o que foi muito comemorado por seus membros. Após o trâmite regular, a medida provisória teve sua votação iniciada na Câmara dos Deputados, sendo aprovada nessa Casa Legislativa e, posteriormente, no Senado Federal, sem alterações. Daí decorreu a promulgação da Lei nº Y, o que foi feito pelo Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que essa narrativa:

- (A) não apresenta incorreção;
- (B) somente apresenta incorreção em relação à casa iniciadora;
- (C) somente apresenta incorreção em relação ao objeto da medida provisória;
- (D) somente apresenta incorreção em relação à promulgação no âmbito do Poder Legislativo;
- (E) somente apresenta incorreção em relação à votação em separado nas Casas Legislativas.

52

O estado Beta editou a Lei estadual nº X dispondo que a remuneração devida aos ocupantes dos cargos de provimento efetivo X e Y seria reajustada pelo mesmo índice e no momento em que fosse reajustada a remuneração dos cargos W e Z, existentes no âmbito federal.

Nesse caso, é correto afirmar que a Lei estadual nº X deve ser considerada:

- (A) constitucional, caso os cargos X e Y tenham requisitos de acesso e atribuições semelhantes aos cargos W e Z;
- (B) inconstitucional, considerando ser vedada a vinculação remuneratória entre os cargos referidos no enunciado;
- (C) inconstitucional, salvo se houver lei complementar da União autorizando que os estados e o Distrito Federal estabeleçam a referida vinculação;
- (D) constitucional, considerando que os entes federativos menores podem vincular sua política remuneratória aos entes políticos maiores, não sendo a recíproca verdadeira;
- (E) constitucional, se, além de os cargos X e Y terem requisitos de acesso e atribuições semelhantes aos cargos W e Z, todos estiverem inseridos em estrutura de poder da mesma natureza.

53

Ana, servidora aposentada do município Alfa, solicitou à autoridade competente que fossem fornecidas as informações relativas à sua pessoa constantes dos respectivos assentamentos funcionais. Ao preencher o respectivo formulário, informou, no campo da justificativa, que o motivo era “pessoal”, sem especificá-lo. Sua solicitação, no entanto, foi negada em decisão escrita, situação que permaneceu inalterada mesmo após a interposição dos recursos administrativos cabíveis.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que:

- (A) o acesso às informações somente deveria ser assegurado se Ana tivesse declinado a razão pela qual almejava conhecê-las;
- (B) como o vínculo funcional foi dissolvido com a aposentadoria, as informações são sigilosas, sendo correta a negativa de acesso;
- (C) as informações deveriam ter sido fornecidas a Ana, sendo possível a impetração de *habeas data*, ação na qual há gratuidade;
- (D) o acesso às informações pressupunha prévia autorização judicial, considerando estarem integradas a um banco de dados público; logo, a negativa de acesso foi correta;
- (E) como a negativa de acesso à informação está demonstrada em decisão escrita, sendo violado o direito líquido e certo de Ana, é cabível a impetração de mandado de segurança.

54

O estado Alfa, à mingua de normas da União disciplinando a respectiva temática, editou a Lei estadual nº X. Em momento posterior, a União editou a Lei nº Y, em sentido diametralmente oposto ao da Lei estadual nº X.

Considerando os balizamentos estabelecidos pela ordem constitucional, é correto afirmar que a Lei nº Y:

- (A) não deve ser aplicada no território de Alfa, enquanto a Lei estadual nº X permanecer em vigor;
- (B) revoga a Lei estadual nº X, mas apenas se a temática estiver inserida na competência legislativa privativa da União;
- (C) deve ser considerada nula, considerando o princípio federativo da especialização legislativa nos entes de menor proporção;
- (D) suspende a eficácia da Lei estadual nº X, caso veicule normas gerais e a matéria se insira na competência legislativa concorrente;
- (E) revoga a Lei estadual nº X se a temática estiver inserida na competência legislativa privativa da União ou na competência legislativa concorrente.

55

João, servidor público, constatou que certa norma constitucional outorgava uma posição jurídica favorável aos servidores, atribuindo-lhes um benefício estatutário. Por outro lado, a mesma norma permitia que a lei afastasse a sua incidência sobre os servidores que viessem a apresentar as características funcionais a serem indicadas.

A norma constitucional analisada por João tem eficácia:

- (A) plena;
- (B) contida;
- (C) operativa condicionada;
- (D) limitada, de princípio institutivo;
- (E) limitada, de natureza programática.

56

A tabela abaixo mostra as etapas de um pequeno projeto de reforma com nove atividades, suas durações estimadas e as respectivas atividades precedentes.

Atividade	Tempo (dias)	Atividade precedente
A	6	-
B	8	A
C	4	A
D	10	B
E	2	C
F	6	E
G	4	E
H	8	F;G
I	1	D;H
Fim	-	I

Considerando-se a rede PERT desse projeto, é correto afirmar que:

- (A) a folga livre da atividade H é de 2 dias;
- (B) a duração do caminho crítico é de 28 dias;
- (C) a atividade F não faz parte do caminho crítico;
- (D) o projeto tem dois caminhos críticos, com duração de 25 dias;
- (E) o caminho crítico é composto pelas atividades A, C, E, F, H e I.

57

Certa organização consome mensalmente, em média, 150 unidades de determinado insumo que é comprado de um único fornecedor em lotes de 90 unidades, ao preço de R\$ 12,00 por unidade. A organização adota sistema de reposição contínua para o estoque desse insumo e mantém um estoque de segurança de 50 unidades do insumo. O custo de pedido é de R\$ 16,00, o custo de posse do estoque é de R\$ 4,00 por unidade ao ano e o tempo de ressurgimento é de 12 dias corridos.

Na situação descrita, e considerando que um mês tem 30 dias, é correto afirmar que:

- (A) o estoque médio é de 70 unidades;
- (B) o ponto de pedido (PP) é de 96 unidades;
- (C) o lote econômico de compra (LEC) é de 125 unidades;
- (D) o número de pedidos, com base no LEC, é de 15 ao ano;
- (E) o intervalo entre os pedidos, com base no LEC, é de 22 dias.

58

Em uma pequena fábrica, o gestor precisa decidir o volume de produção para o mês seguinte. A partir de informações sobre os custos de produção, preços e projeções de venda, entre outras, o gestor elaborou a matriz de resultados apresentada abaixo.

Vendas (unidades)	Produção (unidades)			Probabilidade
	1000	2000	3000	
1000	R\$4.000,00	-R\$500,00	-R\$1.000,00	20%
2000	R\$2.000,00	R\$5.000,00	R\$3.000,00	25%
3000	-R\$2.000,00	R\$8.000,00	R\$12.000,00	50%

Pelo critério de maior valor esperado, o gestor deve optar por produzir:

- (A) 1000 unidades, com valor esperado de R\$2.300,00;
- (B) 2000 unidades, com valor esperado de R\$2.550,00;
- (C) 2000 unidades, com valor esperado de R\$5.150,00;
- (D) 3000 unidades, com valor esperado de R\$5.050,00;
- (E) 3000 unidades, com valor esperado de R\$9.000,00.

59

A figura abaixo mostra uma matriz do tipo “Nine Box” com parte das saídas de uma avaliação de desempenho com foco em competências realizada em certa organização. O gráfico mostra as entregas confrontadas com as capacidades (conhecimento/habilidades) de cinco profissionais (A, B, C, D e E), com a seguinte escala: 1 (não atende); 2 (em desenvolvimento); 3 a 5 (atende) e 6 (supera).

Capacidades	6	B					
	5						
	4						
	3			C			
	2					D	
	1		A			E	
		1	2	3	4	5	6
		Entregas					

A diretora de RH da organização está analisando esses resultados para propor possíveis ações de gestão de pessoas. Em relação aos profissionais, os dados da matriz indicam as seguintes situações e possibilidades de ação adequadas:

- (A) A é um profissional pouco experiente: indicar para treinamento comportamental;
- (B) B supera as exigências de capacitação, mas tem entregas insatisfatórias: reavaliar a área ou posição de atuação;
- (C) C é um profissional com capacitação e entrega adequadas: requer orientação imediata do líder em relação às expectativas de entrega e deve priorizar a complementação técnica;
- (D) D e E mostram excelente entrega: indicar para promoção;
- (E) A e B atendem parcialmente aos requisitos: atribuir mais desafios com vistas a assumir atribuições mais complexas.

60

O funcionário de um órgão de fomento à pesquisa tem como atribuição o atendimento a solicitantes de pedidos de bolsas de apoio a pesquisadores. O funcionário é responsável pelo recebimento e registro da documentação que dá início ao processo de solicitação de bolsas, devendo ser iniciados apenas os processos que se enquadrem nos critérios do órgão para concessão do apoio. Dessa etapa inicial, as solicitações seguem para as etapas de avaliação e de decisão. Em 2021, o funcionário atendeu 200 solicitantes, dando início a 200 processos de pedido de bolsa. Desses processos, 20 foram recusados na etapa de avaliação por não atenderem aos critérios do órgão para concessão de bolsas, e 38 foram recusados por serem avaliados como de baixa relevância. Em 2022, o funcionário atendeu 120 solicitantes, dando início a 120 processos de pedido de bolsa. Desses processos, 12 foram recusados por não atenderem aos critérios do órgão para concessão de bolsas, e 10 foram recusados por serem avaliados como de baixa relevância.

Na situação apresentada, é correto afirmar, sobre o trabalho do funcionário, que:

- (A) a eficácia foi maior em 2021;
- (B) a eficiência foi maior em 2022;
- (C) a eficácia foi a mesma nos dois anos;
- (D) o grau de qualidade do trabalho foi maior em 2021;
- (E) o grau de qualidade do trabalho foi o mesmo nos dois anos.

61

A empresa fictícia XPTO é uma fabricante de móveis de médio porte que adota a seguinte departamentalização: setor de corte; setor de montagem; setor de acabamento e pintura. A direção da XPTO reconhece que uma das vantagens desse tipo de departamentalização é a eficiência gerada pela racionalização das diferentes etapas do processo produtivo.

No entanto, a departamentalização adotada também apresenta potenciais desvantagens, tais como:

- (A) dificultar a coordenação intradepartamental;
- (B) gerar conflitos decorrentes da duplicidade de supervisão;
- (C) oferecer pouca flexibilidade e capacidade de adaptação a mudanças tecnológicas;
- (D) aumentar os custos operacionais devido à redundância de funções;
- (E) induzir à burocratização e aumento do número de níveis hierárquicos.

62

Dora é gestora de uma empresa de produtos de beleza que iniciou suas atividades há três anos e encontra-se em fase de expansão, conquistando espaço no mercado. Ela quer adotar o *balanced scorecard* e está especialmente atenta à perspectiva financeira, nos seguintes temas estratégicos: crescimento e mix de receita; e redução de custos/melhoria de produtividade.

Tendo em vista a fase em que a empresa se encontra, são indicadores adequados para os temas estratégicos citados, respectivamente:

- (A) taxa de vendas por segmento; receita por funcionário;
- (B) lucratividade por cliente; taxa de utilização dos ativos;
- (C) investimentos como percentual de vendas; custo unitário de produção;
- (D) percentual da receita gerado por novos produtos; índices de capital de giro;
- (E) lucratividade por linha de produto; retorno sobre o patrimônio líquido.

63

Marcelo é gerente de uma equipe de seis pessoas. Recentemente, ele recebeu os resultados de uma pesquisa sobre percepções e expectativas no trabalho realizada junto a sua equipe. A pesquisa foi realizada pela área de recursos humanos, devido aos sinais de forte desmotivação e falta de empenho da equipe na realização do trabalho. Os resultados da pesquisa indicaram que os membros da equipe consideram que: seu trabalho é repetitivo, exigindo que apliquem sempre as mesmas capacidades; e eles não recebem feedback claro e adequado sobre seu trabalho. Marcelo gostaria de realizar mudanças no trabalho da equipe que permitissem estimular a motivação dos membros.

Na situação descrita, com base no modelo das características do trabalho (MCT) de Hackman e Oldham, é adequado adotar, respectivamente, as seguintes iniciativas:

- (A) expansão vertical dos cargos; rotação de cargos;
- (B) formação de unidades naturais de trabalho; estabelecimento de relação com os clientes;
- (C) combinação de tarefas; formação de unidades naturais de trabalho;
- (D) expansão vertical dos cargos; expansão vertical dos cargos;
- (E) estabelecimento de relação com os clientes; estabelecimento de relação com os clientes.

64

Um servidor, recém-empossado e lotado na Secretaria de Planejamento e Finanças de um ente estadual, foi designado para revisar o Anexo de Metas Fiscais do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2025, antes que este fosse submetido à apreciação do Assembleia Legislativa do estado.

Ao analisar o quadro de metas anuais, em valores correntes e constantes, o servidor considerou inconsistente a inclusão de metas relativas:

- (A) a despesas primárias ou não financeiras;
- (B) à evolução do patrimônio líquido;
- (C) ao montante da dívida pública consolidada;
- (D) aos dois exercícios seguintes àquele a que o projeto se refere;
- (E) a receitas e despesas totais do exercício.

65

Um ente público municipal pleiteou uma transferência voluntária junto ao Ministério das Cidades para desenvolvimento de projetos de geração de emprego e renda a partir da exploração sustentável de recursos regionais.

À luz da legislação aplicável, o recebimento da transferência voluntária pretendida pelo ente solicitante:

- (A) depende de previsão expressa no plano plurianual em vigor no âmbito do governo federal;
- (B) é vedado no último ano de mandato no âmbito do ente recebedor;
- (C) exige previsão orçamentária de contrapartida pelo ente transferidor;
- (D) permite alteração da finalidade e do cronograma de aplicação dos recursos;
- (E) requer observância dos limites de endividamento e despesa total com pessoal pelo ente recebedor.

66

O plano plurianual de um ente da Federação continha o programa “Conexão Escola”, cujo objetivo geral era promover conectividade na educação, tendo como público-alvo alunos da rede pública municipal de ensino.

Para que o referido programa atenda aos elementos essenciais do orçamento-programa, ele deve apresentar:

- (A) demonstração de compatibilidade com a plataforma geral do governo;
- (B) diretrizes para redução de desigualdades regionais;
- (C) medidas de desempenho para avaliar suas realizações;
- (D) orientação para resultados de longo prazo;
- (E) projetos e atividades compatíveis com a ação governamental.

67

Ao assumir a secretaria de finanças de um ente público, o secretário solicitou da equipe um relatório detalhado com a análise econômico-financeira dos recursos arrecadados pelo ente nos últimos quatro anos, com informações em nível analítico suficiente para subsidiar decisões sobre ações para incremento na arrecadação.

A principal fonte a ser utilizada pela equipe na preparação do relatório solicitado deve ser a classificação das receitas:

- (A) por esfera orçamentária;
- (B) por fonte/destinação de recursos;
- (C) quanto à afetação patrimonial;
- (D) quanto à origem ou coercitividade;
- (E) segundo a natureza.

68

No início do mês de dezembro do último exercício financeiro, um ente público verificou a necessidade de uma ação governamental que não tinha sido prevista no orçamento vigente.

As normas aplicáveis quanto à execução orçamentária orientam que o ente público deve:

- (A) autorizar a ação se houver disponibilidade financeira para inscrição em restos a pagar;
- (B) executar a ação, a ser tratada como despesas de exercícios anteriores no exercício seguinte;
- (C) proceder à abertura de um crédito adicional especial para atender à necessidade;
- (D) solicitar autorização de crédito extraordinário, dada a necessidade emergencial;
- (E) suplementar dotações orçamentárias na área relacionada à ação especificada.

69

No primeiro semestre de um exercício financeiro, um estado da Federação enfrentou um severo período de inundações que afetou diversos dos seus municípios, incluindo a capital, com impactos relevantes na economia regional e, por consequência, nas finanças públicas. Com isso, o estado pode ter que limitar programações de caráter obrigatório decorrentes de emendas parlamentares ao orçamento.

Nesses casos, os procedimentos devem ser tratados:

- (A) em instrumento específico de programação financeira;
- (B) em lei complementar prevista no texto constitucional;
- (C) na lei de diretrizes orçamentárias do respectivo exercício;
- (D) nas disposições transitórias da lei orçamentária anual;
- (E) no instrumento relativo ao decreto de calamidade pública.

70

Um servidor foi designado para analisar as informações a serem apresentadas no Demonstrativo da Execução das Despesas por Função e Subfunção. Ao analisar despesas da Câmara dos Deputados, o servidor verificou que a Ação nº 2010 – Assistência Pré-escolar aos Dependentes dos Servidores do Órgão foi incluída na subfunção 365 – Educação Infantil.

Quanto à função, o referido gasto deve constar como:

- (A) Educação;
- (B) Legislativa;
- (C) Administração;
- (D) Assistência Social;
- (E) Encargos Especiais.

71

Considere o trecho a seguir, extraído de um Decreto do Poder Executivo Federal:

“Art. 13. Os órgãos e as unidades orçamentárias do Poder Executivo federal constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União somente poderão empenhar dotações orçamentárias até: I - 9 de dezembro de 2024, para as despesas primárias discricionárias [...]; e II - 31 de dezembro de 2024, para as demais despesas [...].”

O trecho acima indica que o Decreto:

- (A) consiste em instrumento auxiliar na indicação de necessidade de limitação de empenho e movimentação financeira;
- (B) corresponde a um instrumento que assegura o cumprimento da meta de resultado primário;
- (C) pode indicar ressalva às despesas incluídas no cômputo da meta fiscal;
- (D) representa uma exceção ao princípio da exclusividade orçamentária;
- (E) resulta em descumprimento do princípio da anualidade da execução orçamentária.

72

Um ordenador de despesa antecipou o pagamento de diárias para um grupo de servidores de um Tribunal Regional Federal participar de atividades de treinamento a serem realizadas em outro estado na semana seguinte.

No momento da liberação dos recursos, há o cumprimento do(s) seguinte(s) estágio(s) da despesa pública:

- (A) pagamento;
- (B) empenho e liquidação;
- (C) empenho e pagamento;
- (D) liquidação e pagamento;
- (E) empenho, liquidação e pagamento.

73

Em decorrência de uma inconsistência no sistema de contabilidade utilizado por um Tribunal Regional Federal, o ordenador identificou que parte dos restos a pagar inscritos no final do exercício anterior teve seus empenhos anulados indevidamente no último dia do ano.

Para resolver essa questão, o referido servidor indicou corretamente, no exercício seguinte, que:

- (A) os restos a pagar deveriam ser reabertos com data atual;
- (B) os restos a pagar deveriam ser reabertos com data retroativa;
- (C) os empenhos deveriam ser reemitidos como despesas orçamentárias;
- (D) as despesas deveriam ser inscritas em despesas de exercícios anteriores;
- (E) os empenhos deveriam ser reemitidos como despesas extraorçamentárias.

74

Um ente público estabeleceu, em edital de licitação, a entrega de caução em dinheiro como garantia para assegurar a execução do contrato celebrado com vistas ao fornecimento contínuo de serviços de manutenção. Sabe-se que esse recurso não integra a Lei Orçamentária Anual (LOA) e não reflete no patrimônio líquido da referida entidade.

Assim, seu reconhecimento, no momento do depósito, deve ser realizado como:

- (A) receita contratual;
- (B) receita orçamentária;
- (C) despesa orçamentária;
- (D) receita extraorçamentária;
- (E) despesa extraorçamentária.

75

Um cidadão solicitou um pedido de acesso à informação para verificar a adequação da Dívida Consolidada Líquida (DCL) do município em que reside. Sua solicitação decorre de um conjunto de matérias jornalísticas indicando que o referido ente teria comprometido cerca de 250% da Receita Corrente Líquida (RCL) com tais rubricas.

Na resposta ao cidadão, a prefeitura indicou corretamente que a informação demandada está disponível para consulta pública no portal da transparência por meio do:

- (A) balanço patrimonial;
- (B) balanço orçamentário;
- (C) balanço financeiro;
- (D) relatório de gestão fiscal;
- (E) relatório resumido de execução orçamentária.

76

No último dia útil do mês, o contador responsável pela gestão de pessoal inicia o processamento da folha de pagamentos para reconhecimento do direito adquirido pelos servidores do recebimento do salário de dezembro, a ser pago no quinto dia útil do mês subsequente.

A partir do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), o reconhecimento da transação, no último dia útil do mês, apresentará reflexo nas seguintes classes:

- (A) 1 (Ativo) e 2 (Passivo);
- (B) 7 (Controles Devedores) e 8 (Controles Credores);
- (C) 2 (Passivo) e 3 (Variações Patrimoniais Diminutivas);
- (D) 1 (Ativo) e 4 (Variações Patrimoniais Aumentativas);
- (E) 5 (Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento) e 6 (Controles da Execução do Planejamento e Orçamento).

77

Após o recebimento de uma intimação por parte da Polícia Federal, Fabiano compareceu à sede da instituição, sendo informado pela autoridade policial da existência de um inquérito policial em curso, no qual ele seria ouvido na qualidade de testemunha. Durante o depoimento, gravado em áudio e vídeo, Fabiano, em diversas ocasiões, calou a verdade sobre fatos juridicamente relevantes, embora não tenha feito afirmações falsas.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que Fabiano:

- (A) não responderá por qualquer crime, já que, apesar de ter calado a verdade, não fez uso de afirmações falsas;
- (B) não responderá por qualquer crime, já que calou a verdade em inquérito policial, e não em processo judicial;
- (C) responderá pelo crime de favorecimento real;
- (D) responderá pelo crime de fraude processual;
- (E) responderá pelo crime de falso testemunho.

78

João, agente público federal competente, deu ordem de parada a um veículo automotor que transitava em excesso de velocidade no interior do estado do Pará. Realizado o exame de alcoolemia (teste do bafômetro), constatou-se que o condutor havia ingerido grande quantidade de álcool, dando azo à caracterização de crime previsto no Código de Trânsito Brasileiro. Dessa forma, João solicitou ao condutor dez mil reais para liberá-lo, proposta aceita imediatamente e operacionalizada por meio de transferência bancária.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, João responderá pelo(s) crime(s) de:

- (A) corrupção passiva e corrupção ativa, em concurso;
- (B) concussão e corrupção passiva, em concurso;
- (C) corrupção passiva;
- (D) corrupção ativa;
- (E) concussão.

79

Luiz encontra-se preso, preventivamente, em um presídio federal de segurança máxima. Em razão de uma falha nos procedimentos de segurança do estabelecimento, João logrou êxito em fugir, sem auxílio de terceiros e sem empregar violência ou grave ameaça contra pessoa. Contudo, quando estava a dez metros do muro externo da penitenciária, dois policiais penais de plantão conseguiram capturá-lo, sem qualquer tipo de resistência.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que Luiz:

- (A) não responderá por qualquer crime, pois a legislação tipifica, apenas, a fuga consumada do preso, não verificada no caso apresentado;
- (B) não responderá por qualquer crime, em razão da atipicidade formal da conduta;
- (C) responderá pelo crime de fuga de pessoa presa, na modalidade consumada;
- (D) responderá pelo crime de fuga de pessoa presa, na modalidade tentada;
- (E) responderá pelo crime de arrebatamento de preso.

80

Um particular se encaminhou à sede do Departamento de Trânsito (DETRAN) do estado Alfa com o objetivo de realizar a vistoria do seu veículo automotor. Contudo, em razão das diversas irregularidades constatadas, o automóvel não passou no exame conduzido pelo servidor Caio, que ocupa um cargo público junto ao DETRAN. Dessa forma, Matheus, despachante que presenciou os fatos, se aproximou do particular e solicitou dois mil reais, para si, a pretexto de influir e reverter a decisão tomada pelo agente público.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, Matheus responderá pelo crime de:

- (A) advocacia administrativa;
- (B) exploração de prestígio;
- (C) favorecimento pessoal;
- (D) tráfico de influência;
- (E) patrocínio infiel.

Prova Discursiva

Como a tecnologia pode ajudar no Direito?

A tecnologia está remodelando profundamente a advocacia, e a inovação tornou-se uma palavra-chave no cenário jurídico moderno. Assim, à medida que os avanços tecnológicos aceleram, os advogados enfrentam a necessidade de adotar novas ferramentas e abordagens para permanecerem competitivos e eficazes.

De que modo você vê a convivência das novas tecnologias com o exercício da advocacia? Diga o que pensa em um texto dissertativo-argumentativo, em linguagem culta, dando especial destaque aos argumentos apresentados.

Valor: 20 pontos

Mínimo de 15 e máximo de 20 linhas.

1

5

10

15

20

RASCUNHO

RASCUNHO

Realização

